

POR QUE OS ESCRITOS DE GUERREIRO RAMOS E JÚLIO BARBOSA AJUDAM A DECIFRAR OS RELATÓRIOS REGIONAIS DO DESENVOLVIMENTO HUMANO (PNUD/ONU)?

Maria José de Rezende¹

RESUMO

A temática do desenvolvimento foi, ao longo de anos, uma das principais preocupações das teorias assentadas no modelo das possibilidades. Em vários momentos, Alberto Guerreiro Ramos e Júlio Barbosa insistiam em dizer que os rumos das mudanças que ocorriam na América Latina eram um dos problemas que mais instigavam e desafiavam os intelectuais deste continente. E os desafios eram de ordem teórica e de ordem prática. Levando-se em conta as particularidades de suas análises que exigiam que fosse o desenvolvimento pensado, buscado e viabilizado em razão das especificidades e das possibilidades sócio-históricas de cada país e/ou região, neste artigo, por meio de uma pesquisa documental, serão comparadas as reflexões destes dois intelectuais com os diagnósticos e prescrições postos nos Relatórios Regionais sobre a América Latina e Caribe (RRDHs) feitos e encampados pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD). Considera-se relevante, do ponto de vista teórico e prático, tecer um diálogo entre as propostas desses dois intelectuais com as que constam nestes documentos empenhados em combinar um conjunto de teorias e de práticas que visam incentivar políticas de desenvolvimento Humano para a região.

PALAVRAS-CHAVE

Desenvolvimento social e humano; Modernização; causas necessárias; processos possíveis.

¹ Professora associada da Universidade Estadual de Londrina. Possui doutorado em Sociologia pela Universidade de São Paulo (1996), mestrado em Ciências Sociais pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (1991) e graduação em pela Universidade Estadual de Londrina (1985).

Introdução

Sem sombras de dúvida, é um enorme desafio submeter tanto os Relatórios (globais)² (RDHs) quanto os Relatórios Regionais do Desenvolvimento Humano (RRDHs) sobre a América Latina e Caribe, produzidos no limiar do século XXI, às indagações feitas por Alberto Guerreiro Ramos³ (1915-1982) e Júlio Barbosa⁴ nas décadas de 1960 e 1970. No entanto, considera-se possível relacionar os diagnósticos e prognósticos feitos nesses documentos, encomendado/s e encampados pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), com as propostas desses analistas que sugerem ser necessário decifrar o que, de fato, postulam os diversos grupos sociais (sejam eles intelectuais, técnicos, administradores públicos, sindicatos, federações, líderes governamentais, associações, organizações internacionais, entre outros) quando propõem uma arquitetura teórico-conceitual e um conjunto de práticas sobre desenvolvimento.

Em razão das sugestões desses dois cientistas sociais, segundo os quais, ao construir arcabouços teórico-conceituais e programas de ações que levem a processos de desenvolvimento capazes de reunir diversos grupos sociais, é necessário ater-se aos antecedentes que compõem as especificidades econômicas, sociais, políticas e culturais de cada país e de cada continente. Investigar-se-á como os formuladores dos RRDHs, sobre a América Latina, lidam com os obstáculos construídos historicamente por um conjunto de

² O desenvolvimento humano, nos RRDHs, aparece não só como resultado de uma construção contínua de melhorias sociais propiciadas pelo acesso dos segmentos mais pobres da sociedade à educação, à saúde, mas também como uma forma de combater a insegurança humana (provocada pela pobreza extrema, pela miserabilidade, pela falta de expectativa e de perspectiva de sair das condições de vulnerabilidade) e de viabilizar o acesso aos direitos fundamentais e humanos.

³ Guerreiro Ramos teve, na segunda metade do século XX, um papel importante nos debates sobre desenvolvimento, industrialização, organizações e administração pública. Trabalhou no DASP (Departamento de Serviço Público), no ISEB (Instituto Superior de Estudos Brasileiros) e foi professor, no decorrer da década de 1970 e 1980, na Universidade da Califórnia (EUA).

⁴ Júlio Barbosa (1952; 1961) foi professor de Sociologia na Universidade Federal de Minas Gerais, chefe do departamento de Sociologia do ISEB (Instituto Superior de Estudos Brasileiros) e exerceu um papel relevante no cenário intelectual brasileiro e latino americano na década de 1960 (Prates, 2015). Foi editor, na década de 1960, da Revista Brasileira de Ciências Sociais.

práticas e procedimentos que são passíveis de compreensão apenas se forem consideradas as particularidades nacionais de cada país.

Ao se disporem a apresentar e, de fato, produzirem um conjunto de orientações teórico-conceituais sobre desenvolvimento humano, poder, empoderamento, participação ativa, identidade coletiva, cultura, democracia, associatividade, capital social, gestão do Estado, direitos humanos, trabalho digno, sinergia, entre muitas outras orientações que acompanham esses documentos, deve-se indagar se os formuladores dos Relatórios Regionais do Desenvolvimento Humano, sobre a América Latina e Caribe, estão considerando as especificidades histórico-sociais do continente no que tange ao processo de colonização, de sedimentação de desigualdades sociais, políticas e educacionais, de inobservância do direito (que se mantém intacta mesmo após a construção do Estado nacional e a instauração da República), de concentração da renda, do poder, da propriedade e das oportunidades de emprego e de escolarização.

Guerreiro Ramos (1960) e Júlio Barbosa (1961) consideravam adequado, nas propostas de desenvolvimento para a América Latina, que fossem feitos, mais e mais, investimentos pragmático-críticos com capacidade para facultar que se averigüe, de modo constante, se os diagnósticos e prognósticos estão, de fato, adequados à realidade latino-americana. Para Alberto G. Ramos, a inadequação teórico-prática resultava dos processos de transplantação predatória (Guerreiro Ramos, 1957, p.88) de conceitos, ideias, teorias e postulados estranhos à vida social no continente. Todavia, poderia haver transplantações acelerativas “que contribu[íssem] para incrementar a velocidade da capitalização dos países periféricos” (Guerreiro Ramos, 1957, p.88). A CEPAL (Comissão Econômica para América Latina) teria realizado uma transplantação acelerativa ao buscar construir teorias e adotar procedimentos e práticas, ainda que baseados nos processos de industrialização, de expansão

técnica e de instrução educacional nos moldes dos países do hemisfério norte, que procuravam acelerar o desenvolvimento social no continente.

Conquanto se fizesse, nas décadas de 1950 e 1960, muitas críticas à CEPAL em razão de sua crença quase absoluta num desenvolvimento econômico-industrial que resultaria num desenvolvimento social, Guerreiro Ramos parecia crer também nessa possibilidade problematizada, na década de 1970, por Celso Furtado em alguns de seus textos (1966; 1973), os quais demonstravam o quanto a crença, inclusive a dele próprio, na industrialização, como suscitadora de melhorias sociais para todos, tinha sido equivocada. A distinção entre modernização e desenvolvimento viria, então, para o centro da preocupação de Furtado⁵. Guerreiro Ramos, em sua busca pelo modelo de possibilidades, partia do pressuposto de que o debate sobre modernização se bifurcava em dois grandes polos: Teoria N, que acentuava as causas necessárias das mudanças, e Teoria P⁶, cujo norte era a busca dos processos possíveis que poderiam levar a modificações sociais relevantes.

Ao analisarem-se as recomendações de Guerreiro Ramos e as de Júlio Barbosa, feitas no texto *Contribuição à crítica da Ciência Econômica nos países subdesenvolvidos*, quanto à necessidade de distinguir os tipos de transplantação de ideias, conceitos e práticas políticas, deve-se perguntar se é possível conceber os conhecimentos e as práticas gerados e sugeridos pelos RRDHs como uma forma de transplantação acelerativa⁷. Embora sejam parte das práticas e ações orientadas por conhecimentos transplantados de outras regiões do mundo,

⁵ Antônio Castro (1974) publicou uma resenha sobre a obra *O mito do desenvolvimento econômico*, de Celso Furtado, que demonstra como ocorreram mudanças nas teses furtadianas sobre o desenvolvimento e o subdesenvolvimento.

⁶ Guerreiro Ramos (2009) faz um mapeamento, através da história, dos debates constituidores da Teoria N e da Teoria P. Ele demonstra também como o conceito de possibilidades foi-se firmando no seio das Ciências Sociais em geral e da Sociologia em particular. M. Weber, K. Mannheim, G. Gurvitch, E. Bloch seriam alguns dos representantes da Teoria P.

⁷ Parte-se do entendimento de que os RDHs e os RRDHs são documentos produtores e não somente encampadores de conhecimentos. Conforme Claudio Ramos Zincke e Elaine Acosta González (2006), estes documentos estão produzindo um corpus teórico conceitual a partir de diversos focos semânticos.

elas poderiam ter sua utilidade, desde que estivessem lado a lado com uma arquitetura teórico-conceitual baseada nos contextos nacionais que compõem a América Latina.

Não é possível, no âmbito deste artigo, sistematizar toda discussão de Guerreiro Ramos e Júlio Barbosa sobre desenvolvimento e, em seguida, relacionar suas propostas, feitas no campo teórico-prático, à arquitetura teórico-conceitual, contida nos RRDHs. Arquitetura orientadora das prescrições de políticas que poderiam levar ao desenvolvimento humano. Os RRDHs são documentos prescritivos tais como as discussões de Guerreiro Ramos e Júlio Barbosa que tinham a intenção de recomendar e prescrever ações que levassem ao desenvolvimento.

Pretende-se verificar se os formuladores dos RRDHs atendem, ou não, a essa recomendação de se ater aos elementos específicos de cada região e de cada país e quais são as consequências, no concernente às políticas prescritas, da inobservância das particularidades formadoras dos problemas sociais, não passíveis de solução com conhecimentos e/ou práticas generalistas. Portanto, o objeto deste estudo são os diagnósticos, presentes nos RRDHs, dos problemas sociais latino-americanos, e as prescrições de políticas, de ações e de procedimentos para resolvê-los, se bem que em parte, lidos à luz das teorias das possibilidades de mudanças (Teoria P) sistematizadas por Alberto Guerreiro Ramos (2009)⁸, no texto *A modernização em nova perspectiva: em busca do modelo da possibilidade*, e Júlio Barbosa, no texto intitulado *Contribuição à crítica da Ciência Econômica nos países subdesenvolvidos (1961)*.

As teorias possibilistas (como as de Josué de Castro⁹, as de Júlio Barbosa, as de Guerreiro Ramos e as de Fernando de Azevedo) podem ser assim designadas, mesmo que

⁸ Este texto é de 1967 e foi publicado em várias ocasiões.

⁹ Milton Santos (2001, p.29) afirma que Josué de Castro foi um “autêntico possibilista” por demonstrar que havia necessidade de conhecer os motivos sociais da fome, da pobreza, da miserabilidade e de indicar os muitos caminhos possíveis de reversão de um quadro caótico em que vivia uma parte expressiva das pessoas no mundo.

sejam muito distintas entre si, pelas formas de substituição “de uma gestão probabilística¹⁰ [dos problemas sociais] por uma gestão possibilista” (Mendes, 2002). Sob inspiração de Mendes (2002) pode-se dizer que fazem parte de uma sociologia possibilista todas as proposições que apostam tanto no empoderamento das pessoas que vivem em situação de exclusão, quanto na reorganização das instituições sociais e políticas, no que diz respeito aos seus processos de gestão das mudanças, de geração de novas formas de planejamento e intervenção do Estado e de agentes da sociedade civil organizada.

São perspectivas possibilistas também aquelas que defendem a participação efetiva das pessoas nos processos de mudança social em virtude do aprendizado coletivo e da construção de habilidades e capacidades políticas. São apostas nos processos dialógicos, nas formas de prever e evitar situações de agravamento dos problemas sociais, no desenvolvimento de uma capacidade, cada vez maior, da população em geral, para agir e influenciar os rumos da vida social.

Parte-se, então, do princípio de que pode haver certo parentesco entre a arquitetura teórico-conceitual dos elaboradores dos RDHs¹¹ e RRDHs, para alcançar o desenvolvimento humano, e as teorias possibilistas¹² da mudança social. O problema sociológico orientador deste estudo pode ser posto assim: Na arquitetura teórico-conceitual, nas prescrições e nos diagnósticos dos RRDHs, referentes à América Latina e Caribe, que tipo de aproximação, similaridade e distanciamento pode ser verificado entre tais arquiteturas, prescrições e diagnósticos e as teorias das possibilidades das mudanças sociais postas por Guerreiro Ramos e Júlio Barbosa? Se há como tecer um diálogo entre os RRDHs regionais e essas perspectivas

¹⁰ Podem-se calcular as probabilidades bem como as possibilidades de mudanças sociais, no entanto, estas são, principalmente quando aplicadas à vida social, indeterminadas. Estas duas noções (probabilidade e possibilidades) são extraídas da matemática.

¹¹ Neste artigo, pela densidade e extensão dos documentos, não serão trabalhados os relatórios globais, ou seja, os RDHs.

¹² Guerreiro Ramos considerava que Albert Hirschman, Wright Mills, Karl Mannheim, entre outros, estavam situados no amplo leque constituidor da Teoria P.

possibilistas quais seriam, então, as apostas teórico-práticas para as políticas de desenvolvimento humano?

1- As Teorias das possibilidades de mudança sistematizadas por Guerreiro Ramos e Júlio Barbosa: elementos para refletir sobre os diagnósticos e prescrições dos RRDHs (América Latina)

Ao lerem-se os RRDHs (relatórios regionais) é quase impossível não estabelecer paralelos entre as suas propostas para fazer avançar o desenvolvimento humano na América Latina e as muitas discussões que ganharam corpo no continente desde a década de 1950. Tomados como parte de um processo de longa duração, os respectivos relatórios vêm lidando com desafios que persistem há algumas décadas. Por isso, é possível comparar a sua arquitetura teórico-conceitual, os seus diagnósticos e prognósticos com diversas perspectivas (Teorias da modernização, do subdesenvolvimento, da dependência, do desenvolvimento, entre outras) presentes na América Latina ao longo dos últimos setenta anos.

Todavia, esse não é o objetivo do presente artigo. Seu propósito é demonstrar, essencialmente, duas questões: a) como Guerreiro Ramos e Júlio Barbosa ao refletir sobre os problemas sociais brasileiros e Latino-americanos construíram uma teoria possibilista da mudança em seus diálogos com as teorias do desenvolvimento, do subdesenvolvimento e da modernização, b) como esta teoria oferece elementos para uma leitura crítica do modo dos RRDHs (América Latina e Caribe) diagnosticar e prescrever soluções para os problemas do continente.

No que tange ao problema das possibilidades de construir processos de mudanças no Brasil e América Latina, Guerreiro Ramos (1957, 1960, 1965, 2008, 2009) - a partir de sua proposta redutora a qual, para alcançar uma postura pragmática em relação aos problemas sociais, se atentava para a necessidade de se ater às condições históricas, fenomenológicas (experiências e existências localizadas) e transcendentais (a intencionalidade de construir uma

consciência mais apurada das condições que impulsionam e/ou dificultam as mudanças necessárias) – recomendava:

“As soluções dos problemas sociais dos países latino-americanos devem ser propostas tendo em vista as condições efetivas de suas estruturas nacionais e regionais, sendo desaconselhável a transplantação literal de medidas adotadas em países plenamente desenvolvidos” (Guerreiro Ramos, 1957, p.83).

Essa recomendação está supondo que os diagnósticos e prescrições sobre as mudanças que devem ser implantadas, para alcançar o desenvolvimento humano, precisa ter em conta um conjunto de condições específicas, no que concerne à vida social, econômica, política e cultural. Segundo G. Ramos, os intelectuais, agentes da sociedade civil, governos, estados, técnicos e organismos internacionais imaginam e/ou empregam soluções que não levam em consideração as singularidades históricas e as experiências sociais, econômicas, políticas e culturais de cada povo. Tais experiências teriam de ser examinadas no que se refere aos elementos tanto objetivos como também subjetivos (expectativas, disposições, perspectivas, motivações). Segundo ele, havia a tendência de aplicar “métodos de ação e de sistemas institucionais de áreas (...) desenvolvidas como se eles fossem dotados de uma eficácia imanente” (Guerreiro Ramos, 1957, p.83).

Parte-se do entendimento de que os RRDHs, assim como os RDHs globais, não são apenas um conjunto de diagnósticos e prescrições; eles estão, também, produzindo conhecimento (Zincke e González, 2006) e o fazem em diálogo com o que é produzido pelas Ciências Sociais. Com base em Guerreiro Ramos, pode-se indagar se os formuladores desses documentos atêm-se as ações sociais voltadas para a mudança tendo em conta as “condições objetivas das estruturas nacionais e regionais” (1957, p.83) ou se partem de “arquétipos ou modelos considerados excelentes em si mesmos” (1957, p.83).

Ainda com base nas discussões de A. G. Ramos e Júlio Barbosa, pode-se indagar qual é a relação que existe nos RRDHs, sobre a América Latina e Caribe, entre o conhecimento

que produzem sobre as possibilidades de mudança no continente e os fatos objetivos em suas múltiplas inter-relações locais, nacionais, continentais e internacionais.

Em meados do século XX, Guerreiro Ramos (1957, p.83) chamava a atenção para o fato de que havia, na América Latina, uma distância entre a vida social e as instituições. Estas não conseguiam “dar curso às possibilidades de desenvolvimento dos países latino-americanos, ao contrário, tanto quanto têm vigência, a dificultar esse desenvolvimento”. Não obstante ter sido feita, quatro décadas antes do início da feitura dos RDHs (1990, 1992, 1994, 1996, 1997, 1999) e dos RRDHs, essa observação é bastante atual, e isso pode ser observado no modo como os RRDHs regionais buscam detectar até que ponto as instituições sociais dão, na América Latina, indicação de que estão à altura dos desafios postos pelas políticas de desenvolvimento humano. Todavia, os produtores e divulgadores dos relatórios, mesmo os regionais, têm dificuldades de situar esses desafios no âmbito dos problemas políticos persistentemente arraigados no continente. Tentam encontrar algumas estratégias políticas para atestar que as instituições estão à altura do que exigem as políticas de desenvolvimento recomendadas.

Se há algo que permanece atual no continente são as dificuldades que têm as instituições políticas para potencializar processos promotores de melhorias coletivas para toda a população, e isso é ressaltado, de alguma forma, nos RRDHs regionais (Informe Regionais sobre Desarrollo Humano para o Mercosur 2009-2010; Informe Regional sobre Desarrollo Humano para a América Central, 2009-2010; Informe Regional sobre Desarrollo Humano para a América Latina y el Caribe, 2010; Informe Regional sobre Desarrollo Humano: 2013-2014) e também nos RDHs globais.

É interessante averiguar, nas muitas páginas que compõem os relatórios regionais, se seus formuladores dão, ou não, prosseguimento ao que Guerreiro Ramos (1957, p.84) chamou “tendências transplantativas” ou se adotam uma abordagem compatível com as condições

vigentes no continente. Ao discutir as propostas sobre desenvolvimento, ele destacava que Gunnar Myrdal (1967) vinha denunciando a inadequação de muitas teorias e propostas voltadas para os países da América Latina. A qualidade do conhecimento, dos diagnósticos e prognósticos, conforme Myrdal, teria de ser medida em razão de seu ajustamento à realidade a que se refere e não a realidades alheias e descontextualizadas (Guerreiro Ramos, 1957). À luz desse debate, pode-se perguntar se, no limiar do século XXI, os formuladores dos RRDHs produzem conhecimentos, diagnósticos e prognósticos condizentes com a realidade do continente.

Guerreiro Ramos (1957) dizia que o grande problema das teorias, hipóteses e propostas descontextualizadas e desajustadas da realidade a que se refere está também no fato de que elas influenciam e se inserem nos organismos internacionais e nos governos dos países periféricos. Se as premissas não forem adequadas às sociedades às quais se referem tem-se um movimento em que, ano após ano, década após década, os intelectuais, os técnicos, os organismos internacionais, os governantes vão reforçando ações e práticas inócuas para a solução dos problemas que impedem o desenvolvimento social.

Guerreiro Ramos (1957, p.20) citava Júlio Barbosa (1961) e Jorge Martinez Rios (1966) como exemplo de pensadores, que chamavam a atenção para a necessidade de “combater o conhecimento colonizado”. Isso exigiria que todos os conceitos, prognósticos e diagnósticos, relacionados aos países latino-americanos, fossem capazes de tecer considerações adequadas às instituições e a suas capacidades de encaminhar ações e políticas em favor do desenvolvimento. Era ainda necessário lidar, de modo crítico e questionador, com o que havia sido produzido, no continente, por intelectuais e técnicos. Eles aconselhavam, na década de 1960, que fosse observado, atentamente, se as produções teóricas e as propostas políticas de ações eram, ou não, arranjos incompatíveis com a realidade latino-americana.

No caso deste artigo, tais recomendações poderão ser checadas nos RRDHs direcionados ao continente. Até que ponto eles reproduzem conhecimentos e diagnósticos com as características anteriormente mencionadas. Não se deve imaginar que essas desconexões e esses desajustamentos referem-se somente ao passado e não também ao presente. Tanto intelectuais quanto técnicos à frente de organizações internacionais podem lançar mão de diagnósticos e prognósticos gerados em contextos muito diferentes dos da América Latina, problema esse que persiste no limiar do século XXI; daí a relevância de realizar esse tipo de reflexão. Não há dúvida que ainda está presente, em várias situações, o que Júlio Barbosa (1961, p.85) observava no início da década de 1960.

“O fundamento corrente gira em torno da arguição de que, dada a maturidade intelectual ótima alcançada pelos especialistas dos centros dominantes, estão eles em melhores condições para a reflexão sistemática e a construção científica, de onde atingem o nível da completa universalidade das categorias conceituais e o respectivo grau desejável de eficácia. Restaria, pois, às demais áreas do planeta a única alternativa de acatá-las com humildade e reverência”.

Os que examinam as teorias, os diagnósticos e prognósticos dirigidos aos países latino-americanos devem estar atentos ao modo como os conceitos, tidos como universais (Barbosa, 1961, p.91), e as prescrições de políticas, tidas como válidas para todas as partes, são aplicados ao continente no respeitante à possibilidade de solucionar os problemas sociais, econômicos e políticos mais candentes.

“Está (...) colocado o problema da possibilidade, da parte dos países subdesenvolvidos, da reflexão sistemática e da construção científica efetivamente operatória, sobre os seus problemas gerais e particulares de desenvolvimento econômico e social, vistos do seu ângulo de observação e experiência, e, por consequência, de ser concebido o manancial dos dispositivos instrumentais que se revelem, na prática, portadores de um mínimo de eficiência” (Barbosa, 1961, p.93).

Verifica-se, então, nesse trecho de Júlio Barbosa um traço-chave da perspectiva possibilista que pode ser acionado para analisar o que está posto pelos formuladores dos RRDHs. Deve-se indagar se eles externam, ou não, a crença de que os governantes,

lideranças políticas, técnicos e organizações diversas da sociedade civil dos países latino-americanos possuem a capacidade de formar uma consciência própria das suas possibilidades de facultar mudanças sociais capazes de alterar, de modo significativo, a realidade social. Pode-se perguntar, com base em Barbosa (1961, p.94) em sua teoria das possibilidades, de que modo os que elaboram os relatórios regionais do desenvolvimento humano recorrem à razão concreta (ou melhor, fundada no contexto social do continente), à razão técnica, ou seja, aos “instrumentos operatórios em uso” (Barbosa, 1961, p.94) e à razão histórica “representada pela efetiva existência de um projeto coletivo visando à promoção civilizatória” (Barbosa, 1961, p.94) entendida como o alargamento das melhorias sociais a todos os segmentos populacionais.

Julio Barbosa (1961, p.91) indicava a necessidade de examinar “a efetiva possibilidade de aplicação”, na América Latina, das políticas inspiradas em soluções tidas como universais. Ele colocava um questionamento que pode servir como orientação nas análises dos diagnósticos e prescrições feitas pelos formuladores dos Relatórios Regionais do Desenvolvimento Humano para a América Latina. Segundo ele, era fundamental averiguar até que ponto as muitas saídas propaladas por intelectuais, governantes e técnicos não resultavam ainda mais num “enrijecimento do dispositivo estrutural que tornava mais dominante [o Hemisfério Norte] e mais vulneráveis as formações econômicas [do Hemisfério Sul] que lhe eram tributárias”. Deve-se destacar algo que era o núcleo desse debate possibilista de Barbosa e que não vem sendo devidamente considerado pelos RDHs globais e regionais: a divisão internacional do trabalho¹³. Ou seja, como fazer diagnósticos e prognósticos acerca do continente sem tratar da complexidade que representa a divisão internacional do trabalho nos processos de geração de desigualdades e pobreza? Isto é algo fundamental hoje, assim como o foi na segunda metade do século XX.

¹³ Mesmo o RDH global de 2015 que tem como tema central trabalho e desenvolvimento humano não dá o tratamento devido a esta questão.

O conhecimento simultâneo do processo histórico global e local aparece na teoria das possibilidades de mudança de Júlio Barbosa como ponto de partida para toda e qualquer prescrição de políticas em prol dos países latino-americanos. Sem um conhecimento profundo das estruturas sociais e econômicas das diversas regiões que compõem um dado continente, quais seriam as chances de as prescrições de políticas serem levadas a cabo. Guerreiro Ramos discutiu muito isso ao se ocupar dos aspectos organizacionais e administrativos do Estado brasileiro e sua (in)capacidade de responder às demandas por um desenvolvimento social sustentável e duradouro, tanto que ele dizia em uma entrevista a Lucia Lippi de Oliveira (1995), em 1981, que, depois de décadas de estudos e práticas, havia chegado à conclusão de que propostas de desenvolvimento social pareciam inócuas e descabidas, pois, no Brasil, só existiam saídas individuais. As saídas coletivas pareciam impossíveis.

Se há algo que merece destaque é a aposta dos RRDHs e dos RDHs em saídas coletivas, as quais possuem, sem sombras de dúvida, um caráter muito específico, já que elas são propaladas muito mais como uma obra de engenharia social - em que os pontos de partida e os de chegada são de antemão conhecidos e controlados (Furtado, 1992, p.75) - do que como um processo de liberação das forças sociais que seriam construídas no percurso da mudança, a qual não teria como ser previamente calculada e controlada no que tange a todos os seus (des)caminhos e resultados. Celso Furtado (1992, p.75) foi o que melhor caracterizou as diferenças entre essas duas apostas de mudança social assentadas em técnicas e estratégias político-institucionais diferentes. Segundo ele, sua atuação à frente da Comissão Econômica para a América Latina (CEPAL) já lidava com as disputas políticas oriundas de duas propostas distintas de mudança. Ele dizia que lançava mão de uma

“técnica [que] objetivava modificar estruturas bloqueadoras da dinâmica sócio-econômica, tais como o latifundismo, o corporativismo, a canalização inadequada da poupança, o desperdício desta em formas abusivas de consumo e sua drenagem para o exterior. As modificações estruturais deveriam ser vistas como um processo liberador de energias criativas, e não como um trabalho de engenharia social em que tudo está previamente estabelecido. Seu objetivo estratégico seria remover os entraves à ação criativa do homem, a qual, nas condições do subdesenvolvimento, está caracterizada por anacronismos institucionais e por amarras de dependência externa” (Furtado, 1992, p.75).

Nos RRDHs e nos RDHs, as propostas de ações para o continente latino-americano se assentam, de modo bastante singular, em participação, em atuação da sociedade civil e no envolvimento de uma multiplicidade de agentes cuja meta é impulsionar políticas de desenvolvimento humano. Os RRDHs sobre a América Latina e Caribe são das duas primeiras décadas do século XXI e têm como norte afirmar a necessidade de construção de grupos sociais ativos na defesa das liberdades, da educação e da participação política (*INFORME sobre Desarrollo Humano para América Central, 2009-2010, p.30*). Todavia, tais ações não dão sinais de serem suficientes para alterar os anacronismos institucionais e sociais. A exaltação, presente nos RRDHs, de saídas coletivas parece operar dentro de um quadro de possibilidades restritas a um determinado leque de ações e de resultados.

Assim como as teorias possibilistas insistiam que as mudanças só seriam possíveis se os diversos grupos sociais (excluídos ou não), os técnicos e os intelectuais tivessem aptidão, capacidade e consciência para superar os obstáculos e problemas que teriam de ser superados, também os formuladores dos RRDHs procuravam destacar quais seriam as habilidades e capacidades que as pessoas, incluindo-se as mais pobres, precisavam ter para “aprovechar las liberdades concretas, opciones u oportunidades que integran el desarrollo humano” (*INFORME sobre Desarrollo Humano para América Central, 2009-2010, p.30*).

Na teoria possibilista de Guerreiro Ramos é bastante explorada a necessidade de que seja desenvolvida na América Latina uma maior consciência dos obstáculos que emperram os

processos de mudança. Será interessante comparar essa postura de Ramos e Barbosa com o que aparece nos RRDHs acerca da expansão da consciência que se deve ter das barreiras e das dificuldades de levar adiante as políticas de desenvolvimento humano. Como os seus formuladores lidam com isso?

Partiu-se da hipótese de que é possível encontrar pontos de similaridade e de desencontros entre os RRDHs e as teorias possibilistas presentes nas propostas teórico-práticas de Guerreiro Ramos e Júlio Barbosa. Não há dúvida de que são em maior número os pontos de desencontros. No referente às distâncias, as diferenças mais evidentes estão relacionadas ao modo como os processos passíveis de mudança estão sendo pensados pela teoria possibilista de Ramos e Barbosa – não, porém, pelos formuladores dos RRDHs – em vista das questões atinentes à dominação política dos países hegemônicos, às servidões, aos imperialismos, à ausência de uma racionalidade substantiva e às dificuldades políticas de expansão de uma consciência crítica acerca dos processos de domínios. Essas questões estão, de fato, fora do foco semântico¹⁴ dos RRDHs e dos RDHs. E isso não se dá por acaso, mas sim por motivações políticas que precisam ser decifradas.

Guerreiro Ramos chamava a atenção para os percalços imensos de construção de uma racionalidade substantiva, aquela entendida como orientadora de ações, procedimentos e políticas voltadas para os interesses coletivos e não para os interesses individuais e/ou de grupos, na sociedade brasileira. Isso se deve ao privatismo, ao mandonismo, ao clientelismo, que, segundo ele, dominava a cena política e engessava todas as instituições. Estrategicamente, os elaboradores dos RRDHs e dos RDHs não entram em discussões dessa natureza. Preferem ir tateando em busca de algumas soluções, de alguns caminhos que parecem viáveis em um momento, mas que se revelam como inviáveis dois ou três anos

¹⁴ Análises sobre os focos semânticos podem ser feitas para discernir mudanças nas posições políticas que acompanham a construção dos mais diversos documentos públicos. A semântica performativa assentada na abordagem das capacidades coletivas está carregada de sentidos e significados políticos (Martuccelli, 2017).

depois. Isso ocorreu com frequência com os relatórios globais e regionais do período entre 2000 e 2014. Exaltavam-se alguns processos e ações, que seriam, supostamente, favoráveis ao desenvolvimento humano, mas que logo em seguida seriam inteiramente desfeitos por certos acontecimentos.¹⁵ Provavelmente isto se deve ao fato de que há recomendações e diagnósticos que não estão devidamente contextualizados nacional e regionalmente.

Os RRDHs sobre a América Latina não têm tido êxito em situar suas prescrições diante dos anacronismos políticos e institucionais. Isto é, sem dúvida, um problema que resulta em consequências diversas nas estratégias políticas de fixar um conjunto de ações em favor do desenvolvimento humano. Conforme alertava Guerreiro Ramos (2008, p.94), como é possível, sem discutir o privatismo crônico e os partidos de patronagem que paralisam inteiramente a administração pública no Brasil, falar em qualquer forma de desenvolvimento social?

As análises possibilistas de Guerreiro Ramos e Júlio Barbosa oferecem subsídios também para uma investigação sobre o quadro de possibilidades de mudanças que é construído pelos formuladores dos RRDHs. Nos moldes levantados por Julio Barbosa (1961), pode-se dizer que não há compatibilidade entre o quadro teórico, que alicerça a feitura dos RRDHs, e as condições concretas, as instituições e as organizações da sociedade civil, que estariam incumbidas de operacionalizar as políticas de desenvolvimento humano.

No texto *A modernização em nova perspectiva: em busca do modelo da possibilidade*, Guerreiro Ramos (2009), em um texto escrito na década de 1960, faz uma ampla discussão sobre a formação de uma capacidade coletiva de atuação em prol da mudança social, a qual por sua vez “não está presa de forma inevitável aos padrões de seu passado ou de histórias

¹⁵Os RDHs de 2013 e 2014, que tinham como temas centrais a ascensão do sul e os processos de resiliências advindos das melhorias em favor do desenvolvimento humano, podem ser tomados como exemplo de apostas que se mostraram frágeis pouco tempo depois.

alheias. A mudança genuína é possível e o desenvolvimento diferenciado é uma possibilidade humana objetiva” (Heidemann, 2009, p.22).

A abordagem possibilística - questionadora dos modelos deterministas assentados na ideia de que o desenvolvimento deveria ser planejado, calculado, implantado e executado por grupos tecnocráticos que saberiam, exatamente, o que era necessário ser feito - encampada por Guerreiro Ramos assenta-se na distinção entre possibilidade objetiva (a qual, segundo Weber (1964), pode ser demonstrada empiricamente) e a possibilidade abstrata que não possui esta preocupação com a empiria.

Por meio do modelo das possibilidades, ele questionava a imposição de políticas de desenvolvimento atreladas a modelos desconectados dos contextos sociais, culturais, econômicos e políticos. Para ele, era necessário partir do contexto, sem se fazer dele uma quase condenação a um tipo de mudança comandada por grupos impositivos que lhe davam o direcionamento que bem entendessem. Geralmente, tais grupos faziam isso justificando que não havia outro caminho a não ser aquele que estava sendo trilhado.

Esse raciocínio de Guerreiro Ramos é, sem dúvida, de grande valia para a reflexão das recomendações, do PNUD, de políticas de desenvolvimento humano. Se, por um lado, os relatórios regionais e nacionais labutam para convencer governos, agentes da administração pública, setores diversos da sociedade civil, ONGs, movimentos sociais, entre outros, de que a nenhum país é impossibilitado o desenvolvimento humano, por outro, constata-se que todo esse esforço leva a diagnósticos e prescrições descontextualizados. Soam eles, muitas vezes, como proposições ideológicas que confundem metas e fatos, possibilidades e impossibilidades. Isso leva o ideal de desenvolvimento humano ao patamar de uma crença descolada da realidade de muitos países. Tanto Júlio Barbosa quanto Guerreiro Ramos denunciaram tal descolamento no que tange ao desenvolvimento social.

Ao defender um desenvolvimento diferenciado para as diversas nações, G. Ramos estava criticando a perspectiva tecnocrática que perseguia uma modernização a qualquer custo em nome da necessidade de que o país precisava alcançar a condição de potência capitalista nos moldes de nações do Hemisfério Norte. Segundo ele (2009, p.54), “o curso dos acontecimentos resulta continuamente do jogo entre fatores objetivos e opções humanas”. Não há dúvida que Guerreiro Ramos, neste último texto citado, estava tecendo uma crítica ao projeto de modernização conservadora e de desenvolvimento ancorado e escorado na Lei de Segurança Nacional (LSN) que estava em curso no Brasil a partir da implantação da ditadura militar (1964-1985).

Não obstante haver distanciamentos, existem traços da teoria possibilista nos RRDHs que podem ser facilmente identificados. Os seus elaboradores buscam, através de diversos dados, demonstrar que existem, nos países latino-americanos, possibilidades objetivas de alcançar o desenvolvimento humano. Insistem que há, sim, muitos problemas, todavia, não há uma condenação dos povos, sejam eles de qual continente for, à pobreza extrema, à miserabilidade, à insegurança humana, ao não-acesso à educação, à saúde, à justiça, aos direitos. Os produtores dos documentos em questão insistem que as possibilidades são concretas, objetivas e não abstratas.

2. Os Relatórios Regionais do Desenvolvimento Humano (RRDHs) feitos para a América Latina e Caribe e suas aproximações e distanciamentos com as abordagens das possibilidades objetivas

Diagnósticos e prescrições assentados na abordagem das possibilidades têm sido recorrentes na América Latina no curso da segunda metade do século XX e no limiar do século XXI. Os formuladores dos RRDHs (2009-2010, 2009-2010^a, 2010, 2012, 2013-2014) não estão sozinhos nesta empreitada de atestar que existem soluções para os problemas do continente e que elas podem ser, a partir das ações concomitantes de uma multiplicidade de

agentes, viabilizadas. O continente não estaria condenado, em razão do processo de colonização, dos muitos procedimentos políticos, que implodem os processos de mudança, da corrupção crônica e das desigualdades abissais, a não alcançar o desenvolvimento humano. Os produtores dos RRDHs buscam encontrar um *corpus* teórico-prático que possa dar sustentáculo às suas proposições.

Tentar convencer os governantes, os técnicos, as lideranças da sociedade civil organizada, entre outros grupos, acerca da potencialidade da mudança não significa que os RRDHs não dão destaque às enormes dificuldades que se interpõem no caminho dos processos de construção do desenvolvimento humano. É interessante notar que, em meio à perpetuidade da pobreza, das desigualdades abissais, das dificuldades de ampliação das habilidades e capacidades políticas e do acesso à moradia, a saneamento, à justiça, a trabalho e a uma renda capaz de retirar as pessoas das condições de miserabilidade, as equipes produtoras dos RRDHs referentes à América Latina procuram caminhos para alertar que a reprodução da insegurança humana pode, ainda que isso seja difícil, ser revertida.

E, de que modo é possível encontrar, nos RRDHs, que tratam das prescrições de ações e de procedimentos, similitudes com as perspectivas possibilistas¹⁶ de G. Ramos e J. Barbosa? Que tipo de similitude e de distanciamento as apostas teórico-práticas, em políticas de desenvolvimento humano¹⁷, têm com o modo dos dois cientistas, acima citados, diagnosticarem e prescreverem soluções para os problemas latino-americanos?

Embora a abordagem possibilista tenda a explorar o contexto social e histórico antes de produzir quaisquer diagnósticos e prescrições, ela o faz de modo específico. Ou seja,

¹⁶ Seria interessante comparar também as propostas dos RDHs e dos RRDHs com as perspectivas possibilistas de Josué de Castro e de Fernando de Azevedo. Como um dos pilares do desenvolvimento humano assenta-se na expansão da escolarização entre as populações mais pobres, isso pode ser comparado com as discussões e apostas feitas por F. de Azevedo acerca de tal processo.

¹⁷ O desenvolvimento humano é “un proceso mediante el cual se amplían las oportunidades de los individuos”. El ingreso es una fuente importante de oportunidades – u “opciones”, o “libertades concretas”, como también se las llama –; pero no es la fuente única: la educación, la libertad política o el medio ambiente saludable, entre otros muchos, contribuyen a que los seres humanos tengamos vidas más plenas” (RRDH, 2010, p.30).

explorando, muitas vezes, as constituições sociais, econômicas e políticas de cada sociedade para demonstrar que as soluções não são transferíveis de um contexto para outro.

As formulações contidas nos RRDHs mesmo que tentem, sob alguns aspectos, assinalar algumas características singulares e específicas dos países do continente latino-americano, parecem crer que muitas ações em prol do desenvolvimento humano são transferíveis de um país para outro da América Latina. Nesse aspecto, não se pode dizer que há similitude de enfoque entre as abordagens contextualistas de Guerreiro Ramos e Julio Barbosa e as presentes nos RRDHs. Os dois cientistas sociais estavam interessados em mostrar a necessidade de conhecer quais seriam os traços semelhantes e quais seriam os traços específicos de cada um dos países dessa região. Ou seja, havia muitas singularidades dentro das similaridades históricas das nações que compunham esse continente.

Pode-se observar que os elaboradores dos RRDHs sobre a América Latina buscam registrar, assim como os RDHs, que as políticas orientadas para o desenvolvimento humano são uma “forma de transcender (...) os condicionamentos circunstanciais” (Guerreiro Ramos, 1957). Nisso há similitudes com as perspectivas possibilistas aqui mencionadas, visto que tais perspectivas procuravam decifrar, a partir da ciência, quais eram os muitos obstáculos, formados ao longo dos séculos, antepostos à superação dos fatores que impediam, localmente e globalmente, os processos de mudança. Consta no RRDH (2009-2010, p.30) para América Central que, conquanto seja difícil alcançar a segurança humana, no continente, esta tem de ser tomada como possível e como “condição necessária para aproveitar as liberdades concretas, opções ou oportunidades que integram o desenvolvimento humano”.

Há um ponto de encontro entre o que aparece nos RRDHs e o que estava presente nas discussões de Guerreiro Ramos: a ideia de superação. Os relatórios regionais acerca da América Latina pretendem atestar que é possível superar os problemas sociais que obstruem as melhorias em favor das populações mais pobres no continente. O RRDH sobre o

Desenvolvimento para o Mercosul (2009-2010), que tem como título *Inovar para incluir: jovens e desenvolvimento humano*, está todo construído com base na ideia de superação. Aqueles que vivem em situação de inclusão desfavorável, como os jovens pobres, enfrentam no presente e tendem a enfrentar no futuro precariedades e instabilidades (RRDH, 2009-2010^a) colossais, todavia, os elaboradores insistem em afirmar que as ameaças presentes e futuras podem ser superadas com políticas adequadas de inclusão social, as quais só ocorrerão com a ampliação do desenvolvimento humano.

Tanto a perspectiva possibilista de Guerreiro Ramos e de Júlio Barbosa quanto a das equipes produtoras dos relatórios falam em superação. Todavia, há diferenças significativas, entre eles, no modo de entender a complexidade de um processo capaz de vencer os obstáculos e, de fato, superar as exclusões. Os relatórios regionais sobre a América Latina trazem sistematizadas diversas prescrições, supostamente válidas para todo o continente, que procuram criar um conjunto de ações e de políticas capazes de retirar as pessoas mais pobres de uma condição de insegurança humana provocada pela fome, pelas guerras, pelos conflitos violentos, pelas epidemias, pelos desastres ambientais, pelo desemprego, entre outras situações (RRDHs, 2013-2014). Ocorre que os elaboradores dos RRDHs, quase sempre, fazem isso sem se dedicar às “razões concretas, técnicas e históricas” (Barbosa, 1961, p.110) que impedem a formação de processos duradouros de combate às inseguranças humanas. Júlio Barbosa chama a atenção para a necessidade de levar em conta, nos diagnósticos e prescrições, que existem, nos países latino-americanos, consideráveis obstáculos internos e externos.

A abordagem possibilista, segundo Barbosa e Ramos, não poderia deixar de considerar a existência de posições, entre os setores dominantes e médios, de “resistência ao papel preponderante do Estado na condução do processo de desenvolvimento econômico e social” (Barbosa, 1961, p.101) dos países da América Latina. Os formuladores dos RRDHs acerca

dessa região do mundo sugerem inúmeras ações no campo da saúde, da educação e da habitação, as quais pressupõem que o Estado tenha um papel central, porém não se discutem as resistências dos grupos mais abastados a tais propostas. Ocorre aí o que diz G. Ramos e Barbosa sobre as dificuldades, inerentes em muitos diagnósticos e prescrições, de fazer uma análise dos contextos sociais, econômicos e políticos de cada país. Isso leva à formulação de muitas sugestões “sem a verificação prévia de sua pertinência” (Barbosa, 1961, p.103).

3- Considerações finais

A abordagem possibilista presente nos RRDHs avança muitos caminhos capazes de superar a exclusão, a miserabilidade, o analfabetismo, a pobreza e todas as formas de insegurança humana. É uma perspectiva que recusa a ideia de que haveria uma condenação das populações do hemisfério sul a todo tipo de precariedade (renda, escolarização, saúde, moradia). No entanto, é visível, nas proposições, um “desacato ao contexto” (Barbosa, 1961, p.103) com potencial para anuviar o grau de dificuldade que as prescrições envolveriam, caso fossem postas em andamento.

As prescrições dos RRDHs, posto que se inscrevam dentro de uma perspectiva possibilista, devem ser estudadas, conforme sugere Júlio Barbosa, em razão da eficácia – se é que a possuem - dos instrumentos de ações sugeridos para alcançar processos de desenvolvimento capazes de combater a insegurança humana que aflige a vida dos mais pobres. José Manoel Pureza (2009, p, 28-9) afirma que a busca por segurança humana “aparece, [nos RDHs¹⁸] como resposta a seis tipos fundamentais de ameaças: econômicas, alimentares, salutaras, ambientais, pessoais e comunitárias e políticas”. Talvez, um dos grandes problemas dos RRDHs e também dos RDHs esteja na ineficácia e na inoperância de

¹⁸ Pureza (2009) afirma que a noção de segurança humana apareceu pela primeira vez no RDH de 1994.

muitas de suas sugestões em razão de ser impossível a esses documentos lidar com as muitas especificidades e singularidades sociais, econômicas e políticas latino-americanas.

Em muitos momentos, nota-se que os feitores dos RRDHs dão vazão a uma “tendência transplantativa” (Guerreiro Ramos, 1957, p.84) ao analisar as possibilidades de que o continente caminhe rumo ao desenvolvimento humano. Os diagnósticos acerca das inseguranças humanas são feitos com base em dados e indicadores locais, mas muitas vezes as sugestões pendem para propostas mais gerais e aplicáveis, supostamente, a diversos contextos, o que leva, sem dúvida, a problemas que afetam a exequibilidade das prescrições. Não é de hoje que essa discussão está posta. Os escritos de Gunnar Myrdal (1967), Albert Hirschman (1967) e Aníbal Pinto (1976) já se ocupam da inadequação de muitas teorias e propostas de mudanças feitas para a América Latina. Verifica-se que há, nos RRDHs, vários desajustamentos em relação aos problemas do continente.

Há similaridade entre as perspectivas possibilistas de Julio Barbosa, Guerreiro Ramos e dos produtores dos RRDHs: a busca por elementos que combatam o pessimismo e toda e qualquer perspectiva fatalista. As equipes que elaboram esses relatórios se empenham em prescrever ações, até mesmo, no campo educacional e da política (RRDHs, 2009-2010, 2009-2010^a, 2010, 2013-2014) que removam as atitudes pessimistas quanto à possibilidade de mudança. A expansão de habilidades e de capacidades educacionais e políticas se inscrevem, inteiramente, na criação de disposições para um agir ancorado na crença de que mudanças favoráveis ao desenvolvimento humano são plenamente possíveis, segundo consta nos RRDHs.

Guerreiro Ramos e Júlio Barbosa estavam preocupados, cada um a seu modo, com a expansão de um conhecimento social apto a tornar conhecidos os fatos objetivos (divisão do trabalho, industrialização, urbanização, empregabilidade, renda, emprego de recursos públicos, políticas governamentais) que dificultavam o desenvolvimento social. E, de que

modo tais fatos estavam enlaçados nacional e internacionalmente? G. Ramos (1957) insistia que os fatos objetivos não poderiam ser alcançados sem se levarem em conta os processos de exploração colonial, os de dependência, os de subdesenvolvimento e as circunstâncias postas em cada momento histórico específico.

Pela natureza dos próprios relatórios, os quais são documentos que traçam diagnósticos e prescrições atinentes ao que se passa no limiar do século XXI, não há encaminhamentos, nos RRDHs, que permitam desvendar os aspectos profundos das relações de exploração, subdesenvolvimento e dependência. Isso nem sequer é cogitado, o que é plenamente esperado pela natureza dos documentos e de seus objetivos políticos que consistem, de certa forma, em encontrar soluções para alguns problemas sociais (pobreza extrema, miserabilidade, fome, analfabetismo, desemprego, etc.), ainda que não seja possível desconcentrar riqueza, patrimônio e poder. Por isso, as sugestões sobre a necessidade de melhorar a qualidade de emprego e dos ganhos salariais, mesmo que os parâmetros estruturais continuem intactos. Os elaboradores do RRDH de 2103-2014, (p.23), utilizando dados da CEPAL, dizem, por exemplo, que não é somente o desemprego que leva à indigência na América Latina, já que “92% de los pobres en situación de indigencia y el 94% de los pobres no indigentes tienen empleo, pero este no les ha permitido superar su situación de vulnerabilidad”.

Na verdade, os RRDHs, assim como os RDHs, acabam por mobilizar uma soma expressiva de conhecimentos importantes sobre a América Latina, e muitos de seus diagnósticos e prescrições estabelecem conexões com muitas discussões presentes nas Ciências Sociais. Todavia, há um percurso de construção, seleção, sistematização de dados, informações e conhecimentos que podem, certamente, reforçar ações e práticas fadadas ao fracasso, uma vez que não enfrentam os problemas sociais nas suas diversas dimensões e profundidade. Segundo G. Ramos (1957), o grande problema desse tipo de diagnóstico e

prescrição é que eles podem levar técnicos, governantes e organismos internacionais a calcular erroneamente o grau de dificuldade que deve ser enfrentado para a promoção de melhorias sociais duradouras e sustentáveis. Os artificialismos referentes às prescrições acabam por impregnar todas as soluções e diagnósticos.

REFERÊNCIAS

- BARBOSA, Júlio. 1952. *Elementos para uma sociologia do dinheiro*. Belo Horizonte: Edição do Autor.
- BARBOSA, Júlio. 1961. Contribuição à crítica da ciência econômica nos países subdesenvolvidos. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, Belo Horizonte, v.1, n.1, p.85-119.
- CASTRO, Antônio. 1974. Resenha: O mito do desenvolvimento econômico. *Pesq. Plan. Econ.* Rio de Janeiro, v.4, n.3, p.739-752.
- FURTADO, Celso. 1973. *O mito do desenvolvimento econômico*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- FURTADO, Celso. 1966. *Teoria e política do desenvolvimento econômico*. São Paulo: Cia Editora Nacional.
- FURTADO, Celso. 1992. *Brasil: a construção interrompida*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- GUERREIRO RAMOS, Alberto. 1957. *Introdução crítica à Sociologia brasileira*. Rio de Janeiro: ANDES.
- GUERREIRO RAMOS, Alberto. 1960. *O problema nacional do Brasil*. Rio de Janeiro: Saga.
- GUERREIRO RAMOS, Alberto. 1965. *A redução sociológica*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro.
- GUERREIRO RAMOS, Alberto. 2009. A modernização em nova perspectiva: em busca do modelo da possibilidade. In: SALM, José F. e Heidemann, Francisco (orgs) *Políticas públicas e desenvolvimento*. Brasília: UNB. p.41-78.
- GUERREIRO RAMOS, Alberto. 2008. *Organização Racional do Trabalho*. Brasília: Conselho Federal de Administração.
- GUERREIRO RAMOS, Alberto. 1989. *A nova ciência das organizações: uma reconceitualização da riqueza das nações*. Rio de Janeiro: FGV.
- HEIDEMANN, Francisco G. 2009. O desenvolvimento ao alcance da política: modelos de possibilidade versus modelo de necessidade. In SALM, José F. e Heidemann, Francisco (orgs) *Políticas públicas e desenvolvimento*. Brasília: UNB. p.21-22.
- HIRSCHMAN, Albert. 1967. *Monetarismo vs estruturalismo : um estudo sobre a América Latina*. Rio de Janeiro: Lidador.
- MARTUCCELLI, Danilo. 2017. Semántica histórica da vulnerabilidad. *Revista de Estudios Sociales*. Bogotá, n.59, p.125-133.
- MENDES, José Manuel. 2002. *Sociologia do risco*. Coimbra, Imprensa da Universidade de Coimbra.
- MYRDAL, Gunnar. 1967. *Perspectivas de uma economia internacional*. Rio de Janeiro: Saga.

OLIVEIRA, Lúcia Lippi. 1995. Entrevista com Guerreiro Ramos. In: A sociologia do guerreiro. Rio de Janeiro: Editora UFRJ. p.131-183.

PINTO, Aníbal. 1976. *Distribuição de renda na América Latina e desenvolvimento*. Rio de Janeiro: Zahar editores.

PRATES, Antônio A. P. 2015. Sobre a Sociologia contemporânea no Brasil, dos anos 60, aos dias de hoje: um depoimento à luz da trajetória mineira. *Teoria & Sociedade*, v.23, n.2, p.230-246.

PUREZA, José Manoel. 2009. Segurança humana: vinho novo em odores velhos? In: Nasser, Reginaldo M. (org.) *Os conflitos internacionais em múltiplas dimensões*. São Paulo: Unesp. p.21-33.

RDH (1990): *Relatório do Desenvolvimento Humano 1990: Definição e medição do desenvolvimento humano*. Disponível em: <http://hdr.undp.org/en/reports/global/hdr1990> [Acessado em 02/01/2011]

RDH (1992): *Relatório do Desenvolvimento Humano: Uma nova visão sobre o desenvolvimento humano internacional*. PNUD/ONU. 1992. Disponível em: <http://hdr.undp.org/en/reports/global/hdr1992> [Acessado em 03/03/2015]

RDH (1994): *Relatório do Desenvolvimento Humano: Um programa para a cúpula mundial sobre desenvolvimento humano*. Disponível em: Disponível em: <http://hdr.undp.org/en/reports/global/hdr1994> [Acessado em 20/01/2015]

RDH (1996): *Relatório do Desenvolvimento Humano: Crecimiento económico para propiciar el desarrollo humano?* PNUD/ONU. 1996. Disponível em: <http://hdr.undp.org/en/reports/global/hdr1996> [Acessado em 02/02/2015]

RDH (1997): *Relatório do Desenvolvimento Humano: desenvolvimento humano para erradicar a pobreza*. PNUD/ONU. 1997. Disponível em: <http://hdr.undp.org/en/reports/global/hdr1997> [Acessado em 02/02/2015]

RDH (1999): *Relatório do Desenvolvimento Humano: La mundialización com rostro humano*. PNUD/ONU. 1999. Disponível em: <http://hdr.undp.org/en/reports/global/hdr1999> [Acessado em 02/04/2015]

RRDH Regional para a América Central (2009-2010): abrir espaço para a seguridade cidadã e o desenvolvimento humano. PNUD/ONU. 2010. Disponível em <http://www.latinamerica.undp.org> Acessado em: 08/10/2015.

RRDH Regional sobre o Desenvolvimento Humano para o Mercosul (2009-2010a). PNUD/ONU. 2010. Disponível em <http://www.latinamerica.undp.org> Acessado em: 28/10/2015.

RRDH Regional sobre o Desenvolvimento Humano para a América Latina e Caribe (2010): Atuar sobre o futuro – romper a transmissão intergeracional da desigualdade. PNUD/ONU. 2010. Disponível em <http://www.latinamerica.undp.org> Acessado em: 18/10/2015.

RRDH Regional para o Caribe (2012). PNUD/ONU. 2012. Disponível em <http://www.latinamerica.undp.org> Acessado em: 08/09/2015.

RRDH Regional do Desenvolvimento Humano (2013-2014): Seguridade cidadã com rosto humano: diagnóstico e proposta para a América Latina. PNUD/ONU. 2014. Disponível em <http://www.latinamerica.undp.org> Acessado em: 08/10/2015

RIOS, Jorge Martinez. 1966. La reducción sociológica como tarea metodológica-práctica dos sociólogos latino-americanos. *Revista Mexicana de Sociología*. México (DF), v.22, n.2, p.582-92.

SANTOS, Milton. 2001. Apresentação: Josué de Castro e a teoria da fome in *Geografia da fome*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira. p.29-30.

SOUZA, Márcio Ferreira de. 2009. *Guerreiro Ramos e o desenvolvimento nacional*. Belo Horizonte: Argumentvm.

WEBER, Max. 1964. *The methodology of social science*. New York: The Free press of Glencoe.

ZINCKE, Cláudio R e GONZALES, Elaine A. 2006. *El impacto de los informes de desarrollo humano del PNUD en Chile*. Santiago: Universidad Alberto Hurtado. Disponível em: www.sociologia.uaurtado.cl Acesso em: 08/02/2017.

WHY THE WRITINGS OF GUERREIRO RAMOS AND JÚLIO BARBOSA HELP TO DECIPHER REGIONAL REPORTS ON HUMAN DEVELOPMENT (UNDP / UN)?

ABSTRACT

The theme of development was, over the years, one of the main concerns of theories based on the model of possibilities. At various times, Alberto Guerreiro Ramos and Júlio Barbosa insisted that the course of the changes taking place in Latin America was one of the problems that most instigated and challenged the intellectuals of this continent. And the challenges were theoretical and practical. Taking into account the particularities of their analyzes that demanded that the development be thought, sought and made feasible due to the specificities and the socio-historical possibilities of each country and / or region, in this article, through documentary research, the reflections of these two intellectuals will be compared with the diagnoses and prescriptions set out in the Regional Reports on Latin America and the Caribbean (RRDHs) made and sponsored by the United Nations Development Program (UNDP). It is considered relevant, from a theoretical and practical point of view, to establish a dialogue between the proposals of these two intellectuals and those contained in these documents, which are intended to combine a set of theories and practices aimed at encouraging human development policies for the region.

KEYWORDS

Social and human development, Modernization, necessary causes, possible processes.